



## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação nº 0000094-82.2015.8.26.0337, da Comarca de Mairinque, em que são apelantes MURILO HENRIQUE SILVA PARRA (JUSTIÇA GRATUITA) e ALESSANDRA MENDONÇA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada JOYCE CAROLINA DO CARMO BENEDITO (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO APELO DO RÉU E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO DA RÉ, V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 18 de agosto de 2020.

Celso Pimentel  
relator  
assinatura eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 39.533

Apelação nº 0000094-82.2015.8.26.0337 (2)

1ª Vara de Mairinque

Apelantes: Murilo Henrique Silva Parra e outra

Apelada: Joyce Carolina do Carmo Benedito

28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Evidenciada a culpa do réu no acidente de trânsito, mantém-se sua condenação e a da ré, proprietária do veículo, ao pagamento de indenização moral e, com redução, de pensão vitalícia, sem abatimento do benefício previdenciário.

Em peças autônomas, réus apelam (fls. 279/293 e 294/316) da respeitável sentença (fls. 269/276) que, anulada a primeira (fls. 149/155 e 227/229), acolheu em parte demanda por reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito.

Ambos reclamam de cerceamento de defesa, à falta de análise do pedido de esclarecimento ao laudo pericial. Negam a obrigação e a culpa, que

devolvem de modo exclusivo a terceiro “que vinha na contramão de direção, realizando ultrapassagem”, do qual o condutor, “para evitar o abalroamento”, “tentou desviar”, “perdeu o controle da direção”, subiu nas defensas e em seguida capotou. Negam também ultrapassagem e excesso de velocidade. Lembram que não houve testemunhas presenciais e impugnam os depoimentos das arroladas pela autora, ouvidas como informantes. Negam ainda haver dano moral, mero dissabor, nexo causal e incapacidade para o trabalho. Impugnam a condenação ao pagamento de pensão vitalícia e argumentam com recebimento de benefício previdenciário e querem, de modo alternativo, a redução da indenização fixada em trinta mil reais.

A ré também insiste em sua ilegitimidade, porque não era proprietária do veículo à época do acidente, argumenta com contrato particular de compra e venda e nega litigância de má-fé.

Dispensava-se preparo, vieram

respostas (fls. 321/336), o julgamento foi convertido em diligência, com complemento da perícia, e os interessados se manifestaram.

É o relatório.

O acidente data de 3 de fevereiro de 2014.

Segundo a inicial, “dirigindo a mais de 140km por hora”, o réu “passou por uma lombada e, ao atingir outra, perdeu o controle do veículo, atravessou a pista, bateu nas defensas, vindo capotar várias vezes, tendo o veículo deslizado na pista por mais de cento e cinquenta metros”, caiu em rua paralela à rodovia e após passar entre muro e um poste “imobilizou-se ao bater na parede de uma residência”. A autora “ficou presa entre as ferragens” (fl. 3).

Não, o réu “observou que um veículo vinha na contramão de direção, realizando ultrapassagem e, para evitar o abalroamento, tentou desviar do automóvel. Neste momento”, “perdeu o controle da

direção, vindo a subir no *guard rail*” e, em seguida, o automóvel capotou, atravessando para a rua paralela à Rodovia Raposo Tavares”, disseram as contestações (fls. 42 e 59).

A perda de controle do veículo reflete confissão de culpa exclusiva do réu, conclusão que prescinde de análise de testemunhos e que não se altera com o tardio aceno com estímulo da vítima, ainda que real fosse (fls. 368/373).

Aliás, as testemunhas não presenciaram o acidente e, portanto, não convence a versão do terceiro veículo na contramão, que, de todo modo, não excluiria a responsabilidade de ambos os réus.

Ambos, sim, porque se presume proprietário aquele em cujo nome esteja o veículo registrado no órgão de trânsito e porque não há prova em contrário, a que não se presta contrato particular de compra e venda com reconhecimento da firma depois do fato, a propósito do que as testemunhas instrumentais

acabaram por afirmar que o assinaram poucos meses antes de sua oitavas em Juízo...

Confirma-se, pois, a litigância de má-fé.

Na análise dos danos, tem-se que, nascida em 2 de setembro de 1997, com 16 anos de idade à época, a autora sofreu graves lesões e ficou paraplégica, a “perda de motricidade e sensibilidade de membros inferiores” e “de controle de esfíncteres” “anal e vesical”, passou a depender “de cadeira de rodas para movimentação” (fls. 254/260) e teve a capacidade de trabalho reduzida em 70% (fls. 347/348).

Há, portanto, não total, invalidez parcial e permanente, que não se desfaz por eventual esforço da autora em se readaptar à nova realidade e exercer atividade posterior ao acidente.

Daí que ela tem direito à “pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação” sofrida (Código Civil de

2002, art. 950), 70% sobre o salário mínimo, a que ora se reduz.

Não se abate o valor recebido a título de benefício previdenciário, na linha da orientação do Superior Tribunal de Justiça.\*

O dano moral está mais que evidente na lesão à integridade física, direito de personalidade, e enseja indenização da mesma natureza, cujo arbitramento em trinta mil reais não revela exagero, antes e diante do quadro, revela-se até módico. No ponto, a negativa dos réus raia à crueldade.

Talvez fosse o caso de se impor condenação deles em honorários de sucumbência, mas a autora se conformou com a solução de rateio, o que prejudica os honorários recursais.

Pelas razões expostas, dá-se, para o fim indicado, parcial provimento ao apelo do réu e se nega provimento ao apelo da ré.



**Celso Pimentel**  
**relator**

---

\* - - “Esta Corte Superior já firmou entendimento pelo qual é possível a cumulação de pensão previdenciária com outra, de natureza civil, como a presente, que é indenizatória decorrente da responsabilidade civil pelo acidente fatal que vitimou o pai e marido dos autores” - AgInt no REsp 1524020/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 18/11/2019.

- “A indenização previdenciária é diversa e independente da contemplada no direito comum, não havendo relação de exclusão entre ambas (Súmula n. 229/STF) - AgInt no AREsp 1346821/CE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/9/2019, DJe 10/9/2019.

- “O Superior Tribunal de Justiça entende que "o benefício previdenciário é diverso e independente da indenização por danos materiais ou morais, porquanto têm origens distintas. O primeiro assegurado pela Previdência; e a segunda, pelo direito comum. A indenização por ato ilícito é autônoma em relação a qualquer benefício previdenciário que a vítima receba" (AgRg no REsp 1.388.266/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/5/2016, DJe 16/5/2016) - REsp 1676264/PI, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/9/2017, DJe 13/9/2017.

- - “É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que é possível a cumulação da pensão previdenciária com a pensão decorrente de ato

ilícito” - AgInt no REsp 1301184/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 7/6/2016, DJe 27/6/2016.

- “A jurisprudência desta Corte é disposta no sentido de que o benefício previdenciário é diverso e independente da indenização por danos materiais ou morais, porquanto têm origens distintas. O primeiro assegurado pela Previdência; e a segunda, pelo direito comum. A indenização por ato ilícito é autônoma em relação a qualquer benefício previdenciário que a vítima receba” - AgRg no REsp 1388266/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/5/2016, DJe 16/5/2016. Idem: AgRg no AREsp 681.975/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/10/2015, DJe 3/2/2016.

- “Consoante a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, apesar da ressalva do posicionamento pessoal do relator em sentido contrário, é perfeitamente possível a cumulação das parcelas de pensão indenizatória por ilícito civil e de benefício previdenciário sem que isso importe em ofensa ao princípio da reparação integral” - AgRg no AREsp 541.568/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 30/9/2015.

- “O recebimento de outra pensão de natureza previdenciária não constitui óbice para o recebimento da pensão decorrente de ato ilícito” - REsp 1525356/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 2/12/2015.

- “Possibilidade de cumulação da pensão indenizatória com o

correspondente benefício previdenciário sem ofensa ao princípio da reparação integral. Reafirmação da jurisprudência do STJ” - AgRg no REsp 1389254/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 17/4/2015.

- “A percepção de benefício previdenciário não exclui o pagamento de pensão mensal como ressarcimento por incapacidade decorrente de ato ilícito” – AgRg no REsp 1295001/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/6/2013, DJe 1/7/2013.

- “É possível a cumulação de benefício previdenciário com pensão decorrente de ilícito civil” - AgRg no REsp 703.017/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 2/4/2013, DJe 16/4/2013.

- “A percepção de benefício previdenciário não exclui o pagamento de pensão mensal como ressarcimento por incapacidade decorrente de ato ilícito” - AgRg no Ag 1239557/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2012, DJe 17/10/2012.

- “Não diverge da jurisprudência deste Pretório a orientação adotada no aresto impugnado de que o eventual recebimento de benefício previdenciário não afasta nem exclui a percepção de pensão mensal decorrente da perda de capacidade laborativa” - AgRg no Ag 1336327/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/5/2011, DJe 7/6/2011.